

## A PRESENÇA DOS AGRICULTORES ISRAELITAS DO NOVO PACTO UNIVERSAL NA REGIÃO PERUANA DE LORETO

**Bruno Caldas Machado – Universidade Federal do Amazonas**  
[brcmachado@hotmail.com](mailto:brcmachado@hotmail.com)

### RESUMO:

O objetivo desse artigo é iniciar a discussão sobre o grupo de agricultores da Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal (AEMINPU), que tem migrado e povoado rios da bacia amazônica na região próxima à tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Alvos de diversas críticas da imprensa popular, são poucas as análises acadêmicas sobre sua situação. Este artigo pretende mostrar que o tal grupo não reúne elementos característicos dos camponeses, mas que cada vez mais participam da reorganização territorial e da reconfiguração econômica e agrícola da região.

**Palavras Chave:** Fronteira, Campesinato, Israelita, Fluxos, Grupos Sociais

O objetivo deste artigo é lidar com um ator muito pouco conhecido na literatura geográfica brasileira, mas que cada vez mais tem contribuído para a reconfiguração territorial, reticular e social da região da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru: o grupo de agricultores migrantes da congregação israelita. Vindos de outras partes do país vizinho, esses colonos tem se fixado - quando não os constroem - em povoados nas margens dos principais rios amazônicos do Peru (Amazonas, Javari, Putumayo, Marañon e Ucayali). Sua migração faz parte de um projeto ecumênico que articula doutrina religiosa e projeto geopolítico de ocupação territorial, e sua organização faz com que a eficiência econômica agrícola seja maior do que a de ribeirinhos e indígenas brasileiros, peruanos e colombianos.

As redes desenvolvidas para escoamento de sua produção têm beneficiado outros produtores agrícolas peruanos, e os excedentes têm contribuído para uma acumulação primitiva de capital nas cidades peruanas. Esse pequeno capital tem sido empregado em atividades comerciais nos três lados da fronteira, especialmente

no Brasil, onde o pequeno comércio portuário nas cidades de Atalaia do Norte, Tabatinga e Benjamin Constant conta cada vez mais com investimento e direção de peruanos. Estes fatos, observáveis na atividade de campo, mas carentes de maior formalização, devem ser escrutínio para um artigo mais completo. É importante salientar, contudo, que existem, para entendermos melhor a importância do ator que estudaremos nesse artigo. Dois são os principais obstáculos para a compreensão destes colonos do oriente peruano.

Primeiramente, há uma falta generalizada de análises acadêmicas sobre o tema, à exceção do trabalho de De La Torre Lopez (2009). Como se não bastasse a falta de documentação, abundam, nos principais meios de comunicação e nas fontes secundárias de pesquisa do Peru e do Brasil, diversos preconceitos e críticas sobre o grupo religioso: acusações sobre o messianismo do líder, sobre o caráter do grupo (seita ou religião) e - mais concernente a nossa temática – sobre a plantação e comercialização de coca nas terras baixas amazônicas peruanas próximas à fronteira com o Brasil.

Outro óbice de monta é a dificuldade na obtenção de dados quantitativos que dêem suporte à pesquisa de campo. Os dados sobre a produção e distribuição de alimentos praticamente não existem e aqueles que os tem (os próprios israelitas) são um grupo fechado. A região da tríplice fronteira também tem uma economia marcada pela informalidade (tanto nas relações como na legalidade) em que os fluxos monetários e produtivos são dificilmente controlados pelos estados nacionais. A produção agrícola, sua distribuição e sua remuneração não são passíveis de contabilização. Utilizar os censos ou outros indicadores nacionais sobre produção apenas dificultariam o entendimento da questão. É no campo e no contato empírico com a realidade que as implicações econômicas podem ser inferidas, os fluxos analisados, e as conclusões colocadas à prova para críticas.

É justamente por causa desses dois problemas acima que se buscou uma análise geográfica do tema. A pesquisa de campo, o contato com o rio e com o preço dos alimentos, a geografia “*chão de fábrica*”, permite uma visão da realidade livre de preconceitos e particularizada no meta-problema estabelecido. Sobre as conclusões-hipóteses desse artigo, espera-se que novos estudos, sejam eles econômicos, sociológicos ou geográficos dêem fôlego à pesquisa da dinâmica

social, econômica e política dessa região tão multifacetada. No momento, queremos saber se estes colonos são uma nova forma de campesinato e se ele tem impacto na reconfiguração do território nesta região.

Em 1955, o adventista Ezequiel Ataucusi Simonal disse haver recebido revelações especiais divinas, em que era nomeado um novo Messias e comissário para pregar a totalidade da lei de Deus. O Messias peruano então iniciou sua pregação e, junto a um grupo de adventistas do estado de Junín, nos Andes peruanos, fundou a Congregação Israelita do Novo Pacto Universal, hoje conhecida como Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal (Aeminpu)<sup>1</sup>.

A doutrina pregada pela Aeminpu é sincrética e toma elementos das tradições incas, da fé católica e cristã adventista numa tendência judaizante (De La Torre Lopez, 1996). O Peru aparece como cenário do “Novo Pacto” e a dinastia inca cusquenha já teria conhecimento da revelação, que camuflavam com o culto à religião solar. Ezequiel Ataucusi seria a reencarnação de Jesus Cristo, epifania do Espírito Santo. Ainda segundo a crença (De La Torre Lopez, 1996, p 25-26), o mundo estaria se aproximando de sete anos de crise e a elevação nas temperaturas causaria uma seca destruidora, em que somente os bons seriam guiados por Deus a um lugar salvo e edênico. O resto do planeta vtransformar-se-ia em um espaço infernal por mil anos, depois dos quais os justos seriam evacuados para o planeta da Criação.

Ora, diante de tal cenário, uma das estratégias dos fiéis seria um isolamento voluntário, em um lugar em que o cataclismo próximo seja menos sentido. Ezequiel Ataucusi, um camponês arequipeño (região seca do Peru) atraído espontaneamente pela imagem edênica da selva e também pelo fácil acesso a propriedade de terra na região, irá utilizar sua profecia como discurso e a Aeminpu começará a propagar a visão de que a região menos afetada pela inclemência de Deus seria a selva peruana. A partir de então, correntes migratórias de colonos fiéis (a maioria pobre e camponesa) partirão dos Andes, primeiro à região de limite de selva, e, a partir de 1990 para o departamento amazônico de Loreto, na fronteira com o Brasil (De La Torre Lopez, 2009, p. 666).

---

<sup>1</sup> Para informações, visitar o sítio eletrônico da Aeminpu, disponível em: [www.aeminpufrepap.com](http://www.aeminpufrepap.com)

Essa migração, desde seu início, ia de encontro aos planos de políticos peruanos para a ocupação do “deserto” populacional da selva peruana. Ao discurso religioso e doutrinário dos israelitas, Ataucusi se beneficiou e utilizou da boa vontade política dos governos militares peruanos para executar seu projeto. Os primeiros assentamentos na década de 70, segundo De La Torre Lopez, contaram com o beneplácito do governo nacionalista do general Alvarado (1968/1975), pois a doutrina se assemelhava a visão geopolítica peruana de que os espaços com vazio populacional deveriam ser ocupados. A Aemimpu se transformava à época em ator político e o projeto de Ataucusi “Fronteras Vivas Del Peru”, uma de suas principais bandeiras. No processo de redemocratização, Ataucusi fundou a Frente Popular Agrícola Fia Del Peru (Frepap), partido com o qual concorreu diversas vezes a presidência do país.

Ao projeto de Fronteiras Vivas outra dimensão doutrinaria foi transformada em plataforma política: a superioridade da produção de alimentos como atividade nobre. Para Ataucusi, a migração não seria nada se com ela os israelitas e a Aeminpu não se beneficiassem do que ele convencionou chamar de Agropoder. Não era uma questão apenas de formar colônias nas regiões inóspitas e selváticas do Peru, mas também de desenvolver a agricultura e transformar a paisagem em um celeiro abundante de comida para os israelitas e para os projetos assistencialistas da Frepap (De La Torre Lopez 2005)<sup>2</sup>. O fato de a produção de alimentos dos povoados da congregação começar a ter excedentes volumosos em plena crise econômica da década de 80 e 90 serviu para alimentar a imagem do assistencialismo da instituição

A partir dos anos 90 o Projeto de Fronteiras Vivas vai iniciar projetos de assentamento e povoamento na região de Loreto, fronteira ao Brasil. Hoje o grupo tem 36 assentamentos, 19 em Loreto. Os números existentes são muito contraditórios: segundo a organização, existem 50.000 israelitas assentados em colônias. Esse número é bem menor nas estimativas oficiais. A partir do registro eleitoral, De La Torre Lopez (2009, p. 674) chegou a um número aproximado de 15 mil israelitas, a metade deles na província de Ramon Castilla, na tríplice fronteira.

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a Aeminpu e seu fundador, o artigo DE LA TORRE LÓPEZ, Arturo E. **"La más rigurosa secta de nuestra religión. la Asociación Evangélica de la Misión Israelita del Nuevo Pacto Universal."** é uma das melhores fontes já produzidas sobre os temas.

Outras autoridades da região estimam que apenas em Loreto haja cerca de 20.000 israelitas. Nos meios de imprensa são comuns notícias de que nos últimos cinco anos cerca de 6000 israelitas chegaram ao vale do Javari. Embora os números difiram bastante, é mister ressaltar que, em uma região como essa, escassamente povoada, qualquer desses números revela um impacto sensível sobre o espaço geográfico, especialmente considerando-se que se trata de um movimento migratório estimulado e que a origem de muitos dos migrantes é longínqua.



Figura 1 Fonte: Departamento de Loreto.

A título de comparação, o município de Atalaia do Norte, que cobre todo o território banhado pelo rio Javari no Brasil tem apenas 15.153 habitantes (IBGE, 2010). O departamento de Ramon Castilla no total, incluindo a capital Caballococha, tem apenas 54.000 habitantes. O impacto dessa migração então é significativo para a estrutura demográfica regional. E quanto à estrutura socioeconômica, qual seria esse impacto? Como são desenvolvidas as atividades agrícolas desses colonos? Formariam eles um “campesinato” diferente?

De La Torre explica todo o processo de formação de um assentamento agrícola padrão, corroborado em campo por dois membros da congregação em Santa Rosa/Peru.

Primeiramente a congregação pesquisa registros de títulos e dedicação do solo e escolhe terrenos que sejam favoráveis para a agricultura e com boas possibilidades de exploração. Cabe ressaltar que essa análise muitas vezes é equivocada em principio, pois a noção de aproveitamento agrícola parte de um ponto de vista “andino”. Existe um desejo por locais de difícil acesso, mas não tão longes que não tenham comunicação fluvial.

Encontrado o local, 30 homens são enviados para preparar o povoado, fazer o acondicionamento básico. “*Em muitos casos, são recém-chegados do meio urbano costeiro, escassamente familiarizados com as atividades agrícolas e menos ainda conhecedores do entorno amazônico (De La Torre Lopez, 2009, p 668)*”. A alimentação neste inicio depende dos víveres trazidos e doações de comunidades vizinhas. Como não são “do meio”, não tem o costume de pescar nem caçar, não conhecem as plantas e formas extrativistas. A estrutura da colônia se assemelha, ainda segundo De La Torre Lopez (2009), com a estrutura paramilitar, uma cadeia de comando e hierarquia que torna possível a transplantação de tamanho contingente de pessoas.

Após as primeiras plantações grupos familiares de mulheres e filhos que haviam ficado na costa ou nos Andes vão se incorporando e a organização se aprimora para poder tornar a agricultura mais eficiente:

*Os irmãos se articulam em grupos que integram umas trinta famílias. Os grupos se convertem na célula laboral básica. Ainda que exista vontade em tais equipes de que exista algum nexos prévio – amizade, família ou origem geográfica – a realidade nem sempre permite tal desejo (...) Nos locais onde*

*é possível, existem grupos que amalgamam as funções de levitas (encarregados dos labores sacerdotais), professores e músicos. Esta precaução evita que as tarefas não agrícolas que o grupo desenvolve entorpeçam as outras empreitadas comuns e a célula laboral possa atuar de forma mais solidária possível (De La Torre, 2222, p. 669)*

Cada grupo tem seu capitão e os novos membros passam a integrar as comunidades nas terras mais interiores (longe dos rios). Alguns desbalanços demográficos são compensados com a solidariedade entre os membros de diferentes grupos, mas onde isso não é possível, mulheres viúvas e anciãos são enviados para outros grupos mais equilibrados. A posse de terra é da congregação. As decisões tomadas em conjunto, mas sempre sob influência das linhas doutrinárias da Aeminpu.

As empreitadas para produção agrícola tem três níveis. Em nível individual e nuclear, as famílias tiram alimento para seu próprio sustento em suas “chácaras individuais.” Estas atividades se dão em torno do lar e os principais cultivos tem a ver com mandioca, banana, abacate, frutas além de atividades de pecuária doméstica. As chácaras coletivas estão em segundo nível e os cultivos são variados (especialmente arroz e outros cereais de menor perecibilidade), orientando-se de acordo com o mercado e com as condições de venda e transporte. Essas terras são trabalhadas coletivamente e contam com apoio e insumo da organização religiosa, tendo inclusive a primazia da importância para a evolução ou não de uma comunidade.

Por fim, existem os trabalhos para a Casa Real (conjunto de prédios e edifícios onde se alojaria Ataucusi em suas visitas e para manutenção das irmãs que viviam com ele). Com sua morte, essas terras seguem sendo cultivadas, por turnos entre todos os grupos e sua produção é usada para atender aos gastos coletivos e à manutenção do culto.

Os grupos então trabalham nesses três níveis, individualmente, cooperativo e por turnos. Sobre todo esse trabalho ainda recaem diversos impostos dificilmente calculáveis, os dízimos (que alguns meios de informação acusam de ser quase 40%) sobre a produção e as primícias (os melhores e primeiros frutos do ano), que todos fazem sob pena de expulsão<sup>3</sup>.

A necessidade e a cobrança de todos os custos servem, segundo irmãos israelitas, para aumentar o trabalho, o esforço e a abnegação de todos, desvelando uma superexploração das dos trabalhadores. Essa superexploração é evidente em visita as comunidades israelitas, em que a pobreza e simplicidade dos modos de vida contrastam com a abundância relativa que a agricultura proporciona aos colonos.

Apesar de ser uma organização muito fechada, ela continua atraindo novos adeptos e os critérios para seleção de pessoas que vão para os assentamentos são bastante rigorosos, incluindo declaração do voluntarismo de sua migração e a abnegação ao culto. Isso acaba aproximando o perfil social dos migrantes, pois tendem a ser bastante fervorosos e inclinados para as doutrinas da religião. Essa ligação com a religião é por vezes fator mais importante do que as habilidades agrícolas. Logo, não é raro que muito dos colonos não tenham experiência agrícola, e de que aqueles que tenham sejam acostumados a outros biomas, especialmente andinas.

Ora, isso acaba tendo como efeito que o uso e manejo do solo não sejam os mais adequados (Rivas, 2005) para a Amazônia. As praticas detalhadas por Rivas (2005) acabam empobrecendo os solos e aumentando no longo prazo a devastação do ambiente. Ainda assim, a extensão dos cultivos, a mentalidade agrícola e a ajuda da organização permite que cada vez mais áreas sejam exploradas para as atividades israelitas nessa região de Loreto. O fácil acesso a terra em um país semidesértico também explica parte do fascínio dos congregados em migrarem para as zonas de selva

Para terminar essa caracterização geral, é necessário mencionar que nos assentamentos são internalizadas a saúde, a educação e a segurança, tendo o estado peruano escassa participação. É o que De La Torre Lopez (2005,2009) chama de “Estado dentro do Estado”. Até mesmo o calendário de trabalho é diferente, uma vez que além do dia de descanso sabático, todas as mudanças de fases da lua são considerados sagrados. Com nem sempre entre os irmãos é possível que haja médicos e professores, esse isolamento do resto da sociedade vulnerabiliza ainda mais esse contingente de agricultores.



Voltando a uma de nossas formulações, seria interessante analisar se esses agricultores que voluntariamente migraram (nem sempre agricultores em suas origens) poderiam ser considerados camponeses clássicos, e se eles possuem as principais características de uma sociedade camponesa. Isso é importante, pois futuros trabalhos poderiam comparar as características desse grupo com o de camponeses tradicionais da região (caboclos, ribeirinhos, indígenas e extrativistas). Uma das generalizações hoje clássicas na literatura sobre campesinato é a de Teodor Shanin (1979b), em que ele articula quatro elementos principais que seriam comuns a camponeses de distintos tipos e de diferentes regiões geográficas:

*O campesinato compõe-se de pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e o trabalho de seus familiares, produzem sobre tudo para seu próprio consumo e para o cumprimento de suas obrigações com os detentores do poder político e econômico. (Shanin, 1979b, p. 216)*

Pela nossa caracterização inicial dos agricultores das comunidades israelitas, seria muito difícil resgatar esses elementos propostos por Shanin (1979b). Primeiramente, a unidade básica de exploração agrícola são os *grupos*, formados externamente ao indivíduo. Embora no nível de sua chácara individual a família trabalhe e produza para seu consumo, o que guarda semelhança com um sítio camponês, esta atividade não é a mais importante nem a mais essencial para a vida do israelita. O *ethos*, a razão de ser da colônia ou povoado é a produção agrícola coletiva, comunitária, comandada e dirigida por impulsos externos. Sem essa ordem dificilmente surgiriam chácaras camponesas espontâneas nesse espaço.

Outro elemento muito importante para Shanin (1979b) é a relação com a terra. Não só o agricultor israelita não tem a propriedade (o que chega a ser comum em outros grupos camponeses), mas não há evidências que com a terra ele tenha algum apego. Certamente ele está submetido aos mesmos rigores dos ciclos naturais que afetam os camponeses, mas os estudos de Rivas apontam que as práticas de manejo são predatórias ao solo, seja por ignorância (agricultores que saíram das cidades sem nenhuma experiência no campo) seja por uma racionalidade econômica de curto prazo (o que indicaria falta de ligação com aquele pedaço de terreno que possivelmente será abandonado quando improdutivo). Cabe

uma exploração mais aguçada do tema, especialmente tendo em vista o curto tempo em que os israelitas vêm ocupando a região.

O vínculo familiar é muito importante para os israelitas, mas não na estrutura produtiva. Como foi debatido, outras unidades são mais fundamentais na organização da atividade. O consumo próprio também não é o fim imediato da família israelita. A migração para esses indivíduos é interpretada como uma missão dada pela congregação (mesmo quando é voluntária). Esta missão opera a teleologia, o sentido de vida. Hoje, a missão é ser agricultor, plantar alimentos na selva; no futuro, outros apelos poderiam ser maiores.

Na vida cotidiana, obviamente a agricultura está em primeiro lugar, alimentar a família é importante e a terra é pensada como a fonte de sustento. Há traços de “*camponesidade*” no dia a dia israelita. Porém, estrutural e elementarmente, são apenas acessórios ao trabalho que fazem para louvar a Deus e a congregação. Desse modo, um elemento que aproxima muito o israelita do camponês justamente é exatamente a subordinação a agentes externos, nesse caso não só forças temporais, mas também do poder atemporal da Aeminpu.

Logo, existem algumas afinidades entre os camponeses e os agricultores israelitas, mas seria forçoso enquadrá-los como no quadro clássico de camponês: a lógica que operam difere da do camponês e é mais interligada ao mundo religioso. O que têm em comum é o mundo agrário, e sofrem muitas vezes as mesmas imposições que a economia política impõe ao campo. O desenvolvimento do campo difere entre os distintos grupos agrícolas e uma forma de analisar o padrão agrário israelita é retomar os estudos sobre as diferentes formas de integração do campo com o restante da sociedade política nacional. Segundo Shanin (1979a), podem distinguir-se com clareza três padrões paralelos de desenvolvimento no campo. O primeiro seria a integração camponesa à competição da agricultura em grande escala, intensiva em capital; a segunda seria o desenvolvimento dos camponeses em um estrato profissional de agricultores. Outro padrão é o de empobrecimento acumulativo do campesinato.

*Frente a essas três tendências espontâneas de desenvolvimento, a fortaleza crescente do Estado moderno e o desejo das elites revolucionárias de atacar o problema de desenvolvimento dentro do marco do pensamento socialista, coletivista, propiciam a aparição da coletivização da agricultura*

*organizada pelo Estado. Esse padrão é qualitativamente diferente das tendências espontâneas porque é um plano consciente posto em marcha por uma hierarquia política. (Shanin, 1979a, p.227)*

O padrão de desenvolvimento israelita, ainda que guiado mais pela hierarquia política eclesiástica do que diretamente pelo governo, assume feições de projeto de coletivização. Shanin aprofunda as características da coletivização:

*A coletivização se dirige ao grosso dos grupos domésticos camponeses, assume a superioridade da grande empresa e tem a poderosa tendência diretiva. Se supõe que a integração horizontal em grande escala dos recursos de produção agrícola conduza a um emprego mais eficiente dos mesmos, a um incremento da produtividade e a uma rápida formação de capital [...] Ao mesmo tempo, a cooperação igualitária da produção tenderia a por termo aos processos de polarização do campo. (Shanin, 1979a, p. 70-71)*

Estas características são bastante semelhantes aos empreendimentos de assentamentos da Aeminpu: a congregação concentra as funções de fomento, investimento e organização racional dos assentamentos, hierarquiza os grupos e seus elementos, e auferes os rendimentos oriundos da racionalização que a coletivização permite. Os pontos fracos dos projetos de coletivização também estão presentes nos assentamentos israelitas:

*[...] a cooperação horizontal em grande escala deixaria os camponeses sem líderes locais capazes de dirigir as empresas em grande escala e provocaria, em consequência, que a direção das terras coletivas cairia em mãos de burocratas de fora [...] antecipavam a vigorosa e destrutiva oposição do campesinato em geral ante medidas contrárias a sua experiência e tradição organizativa. (Shanin, 1979a, p 71-72)*

Essas fraquezas são parcialmente corrigidas no caso dos israelitas: tanto o voluntarismo do processo migratório quanto a submissão aos comandos da congregação dificultam a formação de grupos de oposição. O formato hierárquico das comunidades também permite a formação de lideranças locais e ascensão controlada de membros na congregação mesmo havendo a cooperação horizontal.

Pode-se concluir que os agricultores israelitas que migram para formar comunidades na região amazônica são organizados em uma estrutura semelhante à coletivização, mas que é realizada por uma congregação religiosa e com a vontade

dos membros. Isso atenua alguns dos problemas desse tipo de padrão de desenvolvimento.

Para além da análise agrícola das aldeias, cabem algumas extrapolações nesse trabalho, para situar melhor a situação dos israelitas como atores reorganizadores do espaço regional. Apesar do foco no Agropoder, a Aeminpu e seus congregados participam de inúmeras outras atividades nas cidades e esta estrutura tem alterado a dinâmica dos pequenos povoados peruanos dos rios amazônicos. Duas visitas a Iquitos nos anos de 2011 e 2012 trouxeram estas impressões, que merecem ser aprofundadas:

Apesar da Aeminpu ser alvo constante de campanhas midiáticas da imprensa popular, suas ações sociais – que tem, é verdade, alvo proselitista e propagandista - de distribuição de comida, doações de excedentes produtivos como caridade para os “irmãos pobres dos Andes” evidencia que a produtividade é suficiente para custear a migração, o estabelecimento e os custos dos colonos, gerar lucros e pagar a logística de transporte.

Com a venda dos excedentes produtivos e acumulação primitiva de capital, é possível constatar que aos poucos a instituição vai açambarcando outros setores econômicos, como transporte e comércio. Em visita à cidade de Iquitos, é visível a concentração de casas comerciais e de transporte israelitas perto do porto de Masusa, que recebe as principais embarcações vindas de povoados e cidades do distrito de Ramon Castilla e do Javari. Essa navegação, segundo locais, foi impulsionada pelo crescimento do excedente agrícola dos israelitas, mas aos poucos, vai beneficiando todos os agricultores peruanos da região.



Figura 2 Fonte: Trabalho de Campo. Puerto Masusa, Iquitos. Embarcações israelitas.

Com maior velocidade e opções para o transporte e um mercado grande por perto (Iquitos tem cerca de 500.000 habitantes), a região tem aumentado sensivelmente a produção alimentar. Isso, ainda segundo locais, deu impulso a outro tipo de comércio agrícola. Como os israelitas são povos em sua maioria da costa e dos Andes, seus vínculos muitas vezes estão ligados a esses locais. Alimentos da costa que chegavam historicamente a Iquitos (frutas, legumes) hoje chegam à região de fronteira do Brasil. Em troca, a produção israelita também é transportada até os grandes centros peruanos. Isso tem aumentado a dinâmica geral da região. Outros ramos em que é visível a participação israelita em Iquitos são nas casas de câmbio e nas casas de empréstimo (agiotagem).



Figuras 3 e 4 Fonte: Trabalho de Campo. Vila de Chimbote, a 2 horas de Tabatinga. Mercado israelita e propaganda da Frepap, 2011.

Os efeitos desse dinamismo e dos excedentes agrícolas são perceptíveis mesmo no Brasil, nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. É realmente necessário um aprofundamento acadêmico para buscar quantificar os fluxos, mas não é exagero dizer que os peruanos alimentam a tríplice fronteira. Os mercados municipais de Tabatinga e Benjamin Constant vendem produtos peruanos, especialmente frutas, legumes, milho e mandioca. Os preços, segundo comerciantes, são menores do que os de produtores brasileiros tradicionais (indígenas ticunas e ribeirinhos). Na realidade, são bem melhores do que os preços em Manaus. Além disso, a oferta seria mais estável.

No comércio, cada vez é mais frequente a presença de donos de vendas peruanos, que também distribuem combustível, cimento e importados de baixo custo (*chinglings*) na região. Os efeitos sobre o comércio local legalizado é visível. Em Atalaia do Norte já não há mais postos de gasolina. No entorno do porto de Tabatinga, barracas de peruanos e mesmo mercadinhos já foram comprados.

Não se está assim dizendo que toda essa fluidez seja fruto apenas dos assentamentos israelitas. Há outras explicações plausíveis e complementares (maior produção de pasta base de cocaína em território peruano, diferenças fiscais entre os países, falta de controle das instituições fazendárias brasileiras). O que se quis dizer é que as novas análises sobre a região não podem deixar de lado esse novo componente, que, de modo planejado e organizado, vem ocupando a região, gerando efeitos nos balanços demográficos, agrícolas, comerciais, econômicos, sociais e políticos, transformando o território.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y Logica de la Economia Campesina**, Barcelona: Anagrama, 1979a pp. 07 -79.

SHANIN, Teodor. **El Campesinado como Factor Político**. In: Campesinos y sociedades campesinas. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1979b. pp. 214-236.

DE LA TORRE LÓPEZ, Arturo E. **El paraíso escondido. El proceso de colonización del Oriente Peruano por los 'Israelitas del Nuevo Pacto'. Una introducción**. In: NAVARRO ANTOLÍN, Fernando (ed.): Orbis Incognitus. Avisos y

legajos del Nuevo Mundo. XII Congreso Internacional de la AEA. Huelva: Universidad de Huelva, 2009; pp. 661-678

DE LA TORRE LÓPEZ, Arturo E. **La primera religión del Perú moderno: Los israelitas una aportación peruana a los NMRs contemporáneos.** In: Renovación Ecuménica (Salamanca); nº 117. Salamanca 1996. pp. 23-29

DE LA TORRE LÓPEZ, Arturo E. **La más rigurosa secta de nuestra religión. la Asociación Evangélica de la Misión Israelita del Nuevo Pacto Universal.** In: MARZAL, Manuel M. Religiones Andilas. Madrid, Trotta, 2005. Pp 311-358

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. XII Censo Demográfico (2010). Brasil: IBGE, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em 05 jan 2013.

RIVAS, Homero. **Uso y manejo Del suelo y bosque amazónico por colonos andinos: El caso de los religiosos de La comunidad de Alto Monte de Israel-bajo Amazonas / Loreto..** Boletín del Museo de Arqueología y Antropología, Lima: 2005, PP 43-49. Disponível em: <[http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/antropologia/2002\\_N02/a02.htm](http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/antropologia/2002_N02/a02.htm) ISSN versión electrónica 1609-8994>. Acessado em 10 jan. 2013.

#### **OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO:**

**AMANCIO, Nelly L.** La selva: La tierra prometida de los israelitas en el Perú. El Comercio, Lima, 18 jul 2010. Disponível em <<http://elcomercio.pe/peru/610314/noticia-selva-tierra-prometida-israelitas-peru>>. Acesso em 07 jan. 2013.

UGAZ, Paola. **Las Exequias de Ezequiel.** Caretas, Lima, nº 1625, 18 jul 2010. Disponível em: <<http://www.caretas.com.pe/2000/1625/articulos/ezequiel.phtml>>. Acesso em 05 jan. 2013.

AEMINPU. **Fronteras Vivas Del Peru.** Disponível em <<http://www.israelcongregacionde Jehova.com/fronterasvivas.htm>>. Acesso em 02 jan. 2013

MACHADO, Bruno. Pesquisa de campo em Iquitos, Maio 2011 e Outubro 2012.